

ESTUDO DE CASO: AS POLÍTICAS AMBIENTAIS ADOTADAS EM UM ÓRGÃO DO JUDICIÁRIO ESTADUAL E A EFETIVIDADE DAS MESMAS

Matheus Oliveira Afonso*
Andrea Lanza Cordeiro de Souza**

RESUMO

Os órgãos públicos estão cada vez mais empenhados nas causas ambientais, políticas de conscientização sobre sustentabilidade através do consumo de materiais de expediente, descarte de lixo de maneira ambientalmente correta. O presente artigo analisa, mediante estudo de caso, qual a efetividade das políticas ambientais adotadas, sendo a efetividade, e a relação de conhecimento e interação com as mesmas. O estudo de caso foi feito em um órgão do judiciário estadual. As informações analisadas e interpretadas, foram obtidas por meio de aplicação de questionários com uma amostra de 26 colaboradores, e através de entrevistas informais e observação participativa, durante a atuação de 6 meses no órgão, entrevistas não estruturadas e pesquisa documental. Os resultados demonstram que a maioria dos colaboradores consideram importante ações de sustentabilidade serem adotadas no órgão porém poucos efetivamente participam, e poucos tem interesse de participar futuramente, e tão pouco tem conhecimento sobre o Subcomitê de Logística Sustentável, ou seja, demonstrando que apresentam uma efetividade relativa, ações futuras precisam atrair mais os colaboradores a serem mais atuantes nas políticas ambientais.

ABSTRACT

Public agencies are increasingly committed to environmental causes, sustainability awareness policies through the consumption of office supplies, waste disposal in an environmentally sound manner. This article interprets, through case study, what is the effectiveness of the environmental policies adopted, being the effectiveness, and the relation of knowledge and interaction with them. The case study was done at a state judiciary agency. The information analyzed and interpreted were obtained by applying questionnaires with a sample of 26 employees, and through informal interviews and participatory observation, during the 6-month performance at the agency, unstructured interviews and documentary research. The results show that most employees consider important sustainability actions to be taken in the body, but few actually participate, and few are interested in participating in the future, nor is they aware of the Sustainable Logistics Subcommittee, that is, demonstrating that they are effective. Relatively, future actions need to attract more employees to be more active in environmental policies.

Palavras-chave: Políticas Ambientais, Gestão Ambiental Pública, Conscientização e Efetividade.

* Graduando do Curso de Bacharelado em Administração pela Universidade do Estado do Amazonas

** Professora doutora do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade do Estado do Amazonas

1 INTRODUÇÃO

As causas ambientais são um dos problemas que mais vem sendo enfrentados pelas sociedades em geral, os impactos do uso não sustentável dos recursos no decorrer dos anos, já podem ser percebidos com a mudança de paisagens, a quantidade de água própria para uso, logo, as respostas ao desgaste do meio ambiente estão partindo de vários setores da sociedade, bem como do Poder Público. A Administração Pública ao longo dos anos passou por várias mudanças, seja no âmbito da administração pública direta ou indireta, os órgãos ou entidades precisam cada vez mais adotar padrões sustentáveis. Porém, para se adquirir tais padrões, é necessário adotar ferramentas de gestão capazes de promover práticas de sustentabilidade. Os entes públicos criam e operacionalizam suas políticas sustentáveis sempre em consonância com alguma norma reguladora, dependendo da sua área de atuação e vinculação.

Na perspectiva dos órgãos vinculados ao Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é quem regula a atuação administrativa, e por consequência as ligadas a Gestão Ambiental nos órgãos. A Resolução Nº 201/2015 dispõe das diretrizes que os órgãos devem seguir quanto a suas práticas de sustentabilidade, racionalização, consumo consciente, aquisição de materiais, consumo de materiais, contratação de serviços e disseminação de uma consciência sustentável entre os colaboradores.

Este estudo teve como objetivo analisar a efetividade das políticas ambientais adotadas em um órgão do judiciário estadual, através do mapeamento das principais políticas ambientais adotadas no órgão, buscando comentar quais podem ser os motivos que estão ligados à essa efetividade, sendo ela a noção da existência das políticas e a sua participação efetiva. O artigo está inicialmente apresentando uma ideia geral sobre a problemática ambiental, em seguida é trabalhada a Gestão Ambiental Pública, demonstrando como ela se faz presente a atuação do Poder Público, prontamente é exposta a perspectiva do judiciário na temática e os regulamentos pertinentes a área, após isso, se comenta sobre o Subcomitê de Logística Sustentável e suas principais políticas, logo após é explicada a metodologia utilizada, e posteriormente os principais resultados, as considerações finais e as referencias bibliográficas.

2 A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

As preocupações com o Meio Ambiente são questões das gerações atuais, bem como as condições do planeta, dessas preocupações surge a necessidade de se desenvolver de maneira sustentável, a fim de garantir recursos para as futuras gerações (ALBAGLI, 1995). Todas as pautas atreladas aos cuidados com o Meio Ambiente se tornaram um visado objeto de discussão, uma vez que os problemas ambientais se tornam cada vez mais alarmantes e pondo em risco as futuras gerações (FREIRIA, 2011). As discussões acerca dos impactos no Meio Ambiente ganharam força durante o decorrer dos anos, com o advento das primeiras consequências do uso não sustentável dos recursos naturais que passaram a ser mais visíveis e com o aumento dos indicadores de poluição a pauta se tornou uma questão de nível global (MAGLIO, 2000). Portanto com as diversas Conferências e Tratados, as diretrizes de resgate e cuidado ambiental passaram a ser criadas, sendo o Meio Ambiente, segundo a definição de COIMBRA (1985, p. 21):

Meio Ambiente é o conjunto dos elementos físicoquímicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos.

3 A GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

A preocupação com a questão ambiental atingiu diversas camadas na sociedade, desse modo as atitudes de defesa do Meio Ambiente partem de várias partes, inclusive pelo Poder Público, bem como por meio de garantias constitucionais, segundo a Constituição Federal (1988, art. 170) “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação”. Compreendendo que a defesa do meio ambiente, cabe à todas as esferas do poder público, tendo cada um suas respectivas responsabilidades ambientais, se acontece uma descentralização política quanto ao fomento e implementação de suas legislações ambientais, levando em consideração as peculiaridades de cada região (RODRIGUES, MALHEIROS, FERNANDES, DÁROS, 2012).

A Gestão Ambiental convém como uma ferramenta de aplicação das diretrizes ambientais propostas pelas legislações vigentes, portanto, entende-se a Gestão Ambiental Pública como uma ação promovida pelo Poder Público trabalhada em consonância com alguma legislação ambiental (BARBIERI, 2011). Constatase que a Gestão Ambiental como algo compartilhado, portanto, a efetivação das legislações vigentes vem de um aprimoramento contínuo das práticas de gestão dos recursos naturais, tanto pelas organizações públicas, como para as empresas privadas e para os cidadãos (FREIRIA, 2011).

A efetiva ação pública de cunho ambiental começou pelos Governos dos Estados, e passaram a se desenvolver com o decorrer que os problemas iam surgindo, podendo ser aplicadas de formas diversificadas (BARBIERI, 2011). A Gestão Ambiental praticada pelo setor público, está fortemente e tradicionalmente ligada as políticas ambientais propostas e implementadas pelos governos (MAGLIO, 2000).

Nos avanços da realidade nacional, a atuação do setor público, que contempla uma grande proporção de serviços, através de órgãos públicos e organizações nacionais. A atividade da compra pública, por exemplo, ganhou notoriedade com responsabilidade ambiental e sustentável (OLIVEIRA, SANTOS, 2015).

4 A GESTÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DO JUDICIÁRIO E A RESOLUÇÃO Nº 201/2015 DO CNJ

Entendendo que as políticas ambientais são descentralizadas e cabendo aos entes sua operacionalização, os Órgãos Públicos criam suas políticas em concordância com legislações ambientais. Resende (2008) e Pereira Filho (2009) salientam que as principais ferramentas da Gestão Ambiental e os seus princípios socioambientais são fortemente aplicáveis a realidade dos Órgãos Judiciários, entretanto ainda não foram aplicados de uma maneira completamente satisfatória. Portanto, na perspectiva do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) controla a atuação administrativa e financeira, criam e alteram Resoluções de norteamiento da atuação dos Órgãos Públicos do Judiciário á nível estratégico e operacional. As Resoluções que versam sobre a Gestão Ambiental no Judiciário, é a Resolução Nº 201 de 03/03/2015, segundo a Resolução do CNJ (2015, art. 2º): “Os órgãos e conselhos do Poder Judiciário deverão adotar modelos de gestão organizacional e de

processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social”

Segundo a Resolução Nº 201/2015, os órgãos devem considerar a adoção de práticas sustentáveis, através de ações que objetivem e fomentem a construção de um modelo de cultura institucional tencionando à incorporação de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário. A sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas deverão estimular de forma contínua o consumo consciente e a responsabilidade socioambiental no âmbito da instituição.

Para atingirem as propostas de sustentabilidade, os órgãos deverão criar unidades ou núcleos socioambientais subordinados a alta administração, bem como implementar o Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ), o qual consiste na adoção de políticas que promovam e conscientizem o fortalecimento da sustentabilidade ambiental, econômica e social, que segundo a Resolução 201/2015 CNJ:

Art. 10. O PLS-PJ é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

Além dos órgãos terem de estar em conformidade com PLS-PJ, os mesmo terão que no mínimo apresentar práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente dos bens e materiais e serviços, além de ações de divulgação, sensibilização e capacitação. As práticas de sustentabilidade deverão abranger, no mínimo, temas como: o uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativo, gastos com energia elétrica, tratamento de água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados de apoio administrativo e de manutenção predial, conforme

art.15 “deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes”.

5 O SUBCOMITÊ DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Atendendo as normativas propostas de criação de uma unidade ou núcleo sócio ambiental, o Órgão Estadual de Justiça instituiu através da Portaria nº 605/2017 o Subcomitê de Logística Sustentável, em consonância com as diretrizes propostas pela Resolução nº 201/2015 do CNJ. O subcomitê em questão é composto pela Divisão de Gestão da Qualidade, Divisão de Infraestrutura e Logística, Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, Divisão de Engenharia, Divisão de Patrimônio e Material e a Divisão de Serviço Social. Dentre as competências, está estabelecido que compete ao Subcomitê de Logística Sustentável o planejamento, a elaboração, aprovação, implementação, execução, revisão, atualização, correção e acompanhamento do PLS-PJ, funcionando sob supervisão direta da Divisão de Gestão da Qualidade, criação do PLS-PJ no órgão se justifica, segundo o Plano de Logística Sustentável (2017, pg. 6).

Plano de Logística Sustentável – PLS assegura uma iniciativa de ações, indicadores e metas, conforme diretrizes da Resolução 201/15-CNJ, configurando ferramenta essencial para o gestor em relação a um planejamento sustentável, racionalização de gastos e dos processos e estímulo a uma gestão inovadora, com fundamento na transparência e informação, com a definição clara das ações, metas, prazos de execução, monitoramento e avaliação.

As principais práticas adotadas são expostas dentro dos próprios setores, como maneira de conscientização, avisos e panfletos são distribuídos nas divisões e com os servidores. O Subcomitê de Logística Sustentável é composto por um servidor, indicado pela Presidência do órgão, dentre aqueles lotados em um dos setores que o compõem, para funcionar como Secretário dos trabalhos, com ônus para este órgão. Dentre as principais ações e campanhas, estão:

- I. **Campanha TJAMBIENTAL 2018/2020:** No mês de setembro de 2018, iniciou-se a abertura da campanha com foco na redução do consumo de

energia elétrica e na implantação de medidas sustentáveis das unidades do órgão.

- II. **Campanha para reduzir o consumo e o gasto com energia elétrica:** Foi realizada a afixação de adesivos com alertas sobre o uso consciente da energia elétrica nos interruptores das unidades da capital. A medida objetivou conscientizar os colaboradores sobre a importância de apagar as luzes sempre que se ausentassem dos ambientes, visando a economia do recurso natural, a educação ambiental e a redução do consumo e do gasto com energia elétrica pelo órgão.
- III. **Adote uma caneca:** Distribuição de canecas em acrílico, com o objetivo de reduzir o consumo de copos de plásticos, aumentar a concentração e reduzir os resíduos gerados pelo órgão.
- IV. **Campanhas nos wallpapers dos computadores:** Destaca-se que, na área de trabalho dos computadores do órgão, nos wallpapers foram realizadas diversas campanhas de cunho socioambiental, disseminando conhecimento, dicas de boas práticas e visando de esclarecer e conscientizar os colaboradores.
- V. **Campanhas na intranet e através dos emails dos colaboradores:** Foram realizadas diversas campanhas com o uso da intranet e os emails dos colaboradores, com o objetivo de informar sobre as ações em andamento no órgão e promover a conscientização socioambiental.
- VI. **Ações de Logística Reversa:** Foram realizadas parcerias com empresas fabricantes para o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de resíduos cujo o descarte inadequado pode acarretar prejuízo ao meio ambiente, como: suprimentos de impressão, lâmpadas danificadas, pilhas e baterias. Todos os recolhimentos foram realizados mediante o fornecimento do Certificados de Destinação Final de Resíduos.
- VII. **Implantação da Coleta Seletiva Solidária:** Em abril de 2019, o órgão iniciou a coleta seletiva solidária, através do Termo de Compromisso nº. 001/2019 celebrado com a ARPA - Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental, na sede e no anexo administrativo. A destinação de resíduos recicláveis para as associações ou cooperativas de catadores possui finalidade social, pois busca

fomentar o trabalho desenvolvido por essa categoria, além de atuar como instrumento de política ambiental na medida em que a atuação dos catadores contribui para reduzir o volume de resíduos nos aterros sanitários e no meio ambiente como um todo.

- VIII. **Inauguração da Central de Resíduos Sólidos:** Em agosto de 2019, foi inaugurada a Central de Resíduos Sólidos destinada a gestão dos resíduos do TJAM. No local, haverá a separação e guarda dos resíduos recicláveis que serão destinados à coleta seletiva solidária, além dos resíduos perigosos que serão encaminhados à logística reserva como lâmpadas danificadas, resíduos eletrônicos, pilhas e bateria.

6 METODOLOGIA

O estudo foi feito na sede de um Órgão do Judiciário Estadual, situado no município de Manaus-AM e com aproximadamente 528 servidores ativos, a amostra estudada foi escolhida de maneira aleatória, seu objetivo foi verificar as principais Políticas Ambientais vigentes no Órgão do Judiciário Estadual e a efetividade das mesmas, compreendendo efetividade como o grau de conhecimento e interação dos servidores.

A Pesquisa foi de natureza quali-quantitativa, com dados obtidos através da aplicação de questionários, entrevistas informais não estruturadas, observação e interação constante com os colaboradores e pesquisa documental. As entrevistas foram uma ótima fonte de dados para estudos de caso, pois podem assumir diversas formas e ainda podem ser conduzidas de uma maneira mais espontânea (YIN, 2001). O questionário foi estruturado em seis perguntas, sendo cinco delas fechadas e uma aberta, as questões fechadas foram utilizadas pois apresentam maior uniformidade, assim como apresentam uma maior facilidade de serem processadas, e as abertas visto que forneceram uma ampla possibilidade de resposta (GILL, 2008).

Os questionários foram aplicados para 26 colaboradores na sede do Órgão, de setores e funções diversificadas. No que se refere ao conteúdo das questões, elas foram enquadradas como questões sobre fatos e comportamentos (GILL, 2008). Portanto, as questões foram divididas e ordenadas pelo tipo de informação que se

desejava obter sobre, com o enfoque em características simples sobre o respondente do questionário, e sobre seus comportamentos e conhecimentos acerca da temática trabalhada pelo estudo, quanto a sua distribuição:

As questões 1 e 2 se tratam da categorização do indivíduo com as variáveis de tempo de serviço e categoria de colaborador (Quadro 1).

Quadro 1: Perguntas relacionadas a categorização do Colaborador e seu tempo de serviço

Em qual dessas categorias de colaborador você se enquadra?
Há quanto tempo você exerce atividade no Tribunal?

As questões 3 e 4 tratam respectivamente do grau de informação que o respondente do questionário tem sobre as políticas adotadas pelo órgão, sendo essa aberta, onde o colaborador poderia, caso conhecesse, as políticas em questão, e a outra buscava saber se o colaborador conhecia o Subcomitê de Logística Sustentável, que trata das políticas propostas pelo órgão (Quadro 2).

Quadro 2: Perguntas relacionadas ao grau de conhecimento das políticas ambientais adotadas e sobre o Subcomitê de Logística Sustentável.

Você conhece as políticas ambientais adotadas pelo órgão? Se sim, comente-as.
Você conhece o Subcomitê de Logística adotado pelo Tribunal de Justiça?

As questões 5 e 6 tratam respectivamente do grau de interesse que o colaborador possui na temática trabalhada pelo estudo, sendo uma delas sobre a importância que o mesmo assume ao tema, e o interesse de participação que o mesmo possui (Quadro 3).

Quadro 3: Perguntas relacionadas à importância e o interesse que o colaborador possui sobre a temática trabalhada.

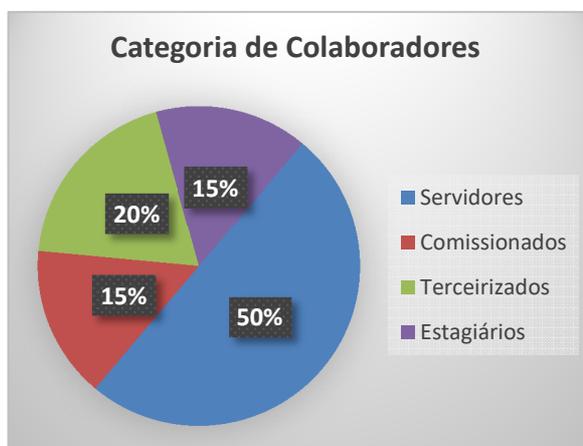
Você conhece as políticas ambientais adotadas pelo órgão? Se sim, comente-as.
Você conhece o Subcomitê de Logística adotado pelo Tribunal de Justiça?

As entrevistas informais foram utilizadas por serem um método de entrevista menos estruturado, distinguindo-se de uma simples conversa pois tiveram como objetivo central a coleta de dados, com essas entrevistas se objetivou obter uma informação geral do entendimento dos colaboradores, assim como a identificar alguns aspectos da personalidade dos entrevistados. Portanto, as entrevistas foram feitas para conseguir obter o grau de relevância que os entrevistados davam ao assuntos abordados, sendo os entrevistados diversificados, afim de se conseguir uma amostra mais global de informação (GILL, 2008).

O método de observação adotado foi de observação participante, que foi possível pois o pesquisador se fez presente no órgão durante 6 (seis) meses, o método adotado foi escolhido por se tratar de uma atuação momentânea no órgão como colaborador, e através dessa atuação, foi possível perceber de perto qual a interação de alguns colaboradores com algumas políticas ambientais e suas explicações acerca do tema.

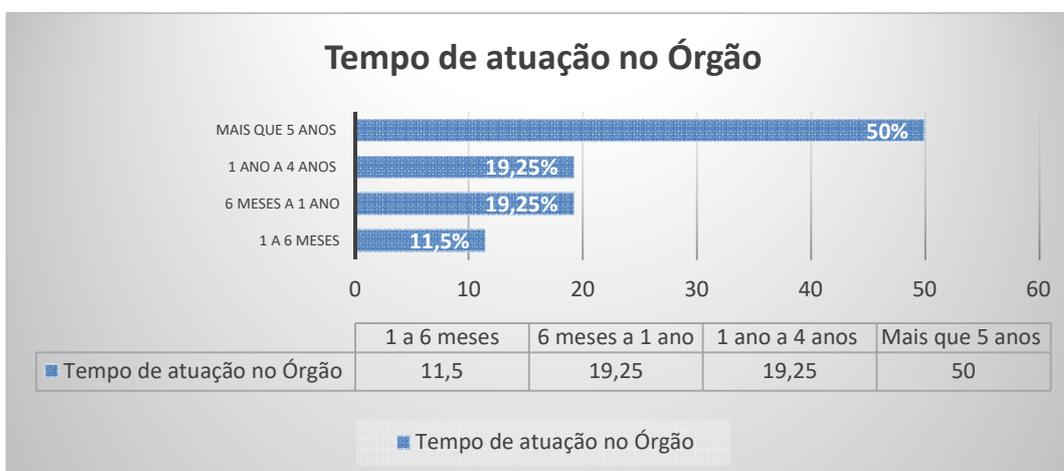
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise dos questionários respondidos, foram gerados gráficos com as respostas das questões fechadas em porcentagem, adquiridas sobre as informações coletadas através da amostra de colaboradores. As discussões foram feitas a partir das respostas com a ligação direta com a realidade percebida na observação participativa, e com as informações levantadas através das entrevistas informais.

Gráfico 1: Resultados relacionadas a categorização do Colaborador

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

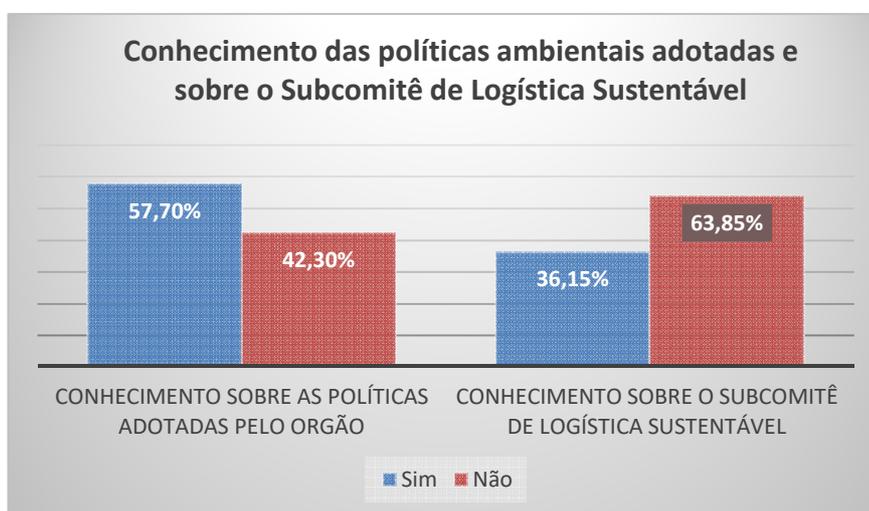
Os resultados mostraram que 50% da amostra é de servidores, essa informação se concretiza pelo fato de que a maioria dos colaboradores estáveis do órgão são os servidores concursados e efetivos, logo em seguida vem os terceirizados em uma porcentagem de 20%, os colaboradores terceirizados fazem parte do apoio administrativo pactuado pelo órgão via contrato administrativo, eles são bem presentes em praticamente todos os setores e divisões, e empatados em quantidade estão os estagiários e os comissionados, ambos com 15% de representatividade na amostra.

Gráfico 3: Resultados relacionadas ao tempo de atuação do Colaborador

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

No que se refere ao tempo de serviço prestado ao órgão, 50% da amostra já está atuando há mais de 5 anos, dado previsível tendo em vista que a maioria eram de servidores efetivos e o último concurso público homologado por edital com aprovados já contratados para atuar na capital foi em 2013, em seguida empatados vem os que estão de 6 meses a 1 ano e os que estão de 1 ano a 4 anos, ambos com 19,25%, e por último os que estão de 6 meses a 1 ano. As categorias de estagiário, comissionado e terceirizados oscilam mais no quesito tempo de atuação, tendo em vista que são cargos com mais rotatividade.

Gráfico 2: Resultados relacionadas ao tempo de atuação do Colaborador

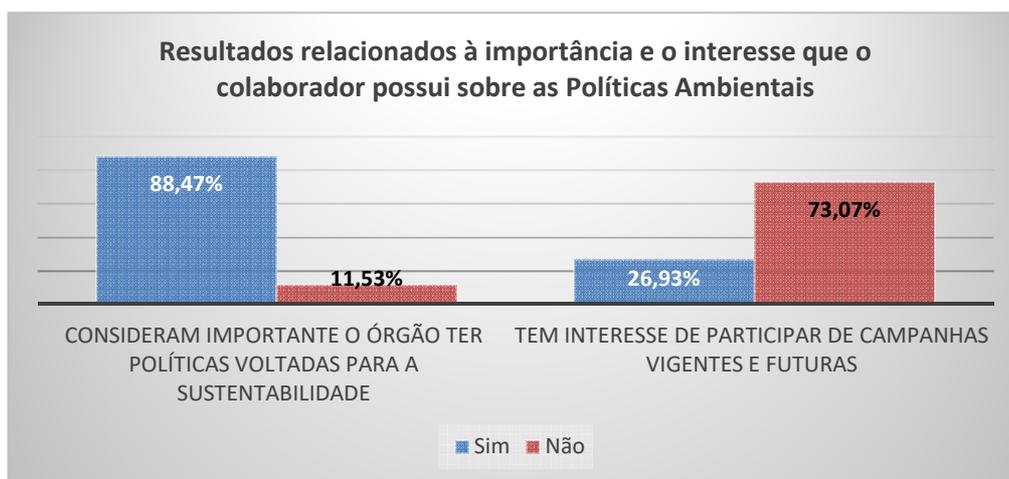


Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Um pouco mais da metade da amostra disse que conhece as políticas ambientais adotadas pelo órgão, sendo 57,70% conhecem e 42,30% disseram não conhecer nenhuma, vale ressaltar que na questão em si, eles deveriam citar o nome das políticas que eles conheciam, durante a aplicação os colaboradores foram orientados a responder mesmo que não soubessem o nome mas soubessem que existe, a grande maioria escreveu nomes genéricos, e não se recordaram de políticas básicas de conscientizam que estão presentes por lugares dos setores. Isso demonstra um conhecimento limitado acerca da políticas, os colaboradores somente sabem que existem ações sustentáveis, mas não sabem os nomes e apresentam pouco interesse coletivo sobre os nomes. Outro dado coletado foi que a maioria dos colaboradores não tem noção da existência do Subcomitê de Logística Sustentável, apenas 36,15% sabiam da existência e outros 63,85% disseram não conhecer, é um

ponto interessante de reflexão pois o subcomitê se faz visualmente presente em várias campanhas de conscientização, assim como por avisos via site interno de informações do órgão, bem como em avisos nos setores.

Gráfico 4: Resultados relacionados à importância e o interesse que o colaborador possui sobre as Políticas Ambientais



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Quanto a importância das políticas voltadas a sustentabilidade, apenas 11,53% disseram não ver importância e os outros 88,47% disseram considerar importante. Durante a aplicação dos questionários alguns colaboradores disseram considerar políticas ambientais muito importantes, porém não na realidade do órgão, argumentam que as atividades exercidas por eles não tem quase impacto nenhum no meio ambiente, eles acreditam que os esforços e recursos devem ser utilizados para mitigar falhas referentes aos serviços prestados pelo órgão a sociedade.

Em relação ao interesse de participar nas campanhas vigentes e futuras, a maioria dos colaboradores responderam não ter interesse, sendo 76,07% de não interessados e 26,93% interessados. Esse dado demonstra algo que pode ser percebido através da observação participativa nos meses de atuação no órgão, quando questionados sobre a importância e relevância de temáticas ambientais, os colaboradores defendem fortemente que essa causas são importantes e devem ser trabalhadas no âmbito do órgão, porém a maioria diz se importar mas sem participar efetivamente de nenhuma política, nem as mais simples como as de adoção de copo, ou a de separação dos resíduos recicláveis de maneira correta. As entrevistas também

demonstraram que alguns tem uma consciência coletiva da importância das causas ambientais, mas enxergam exagero na visibilidade que a pauta tem, segundo alguns colaboradores, as problemáticas ambientais são “alarmantes” mas sem necessidade, eles entendem que a maior parte desses problemas são banalizados pelos grandes veículos de informação, portanto, que os problemas devem ser mais combatidos pela próxima geração da população, e conseqüentemente de futuros colaboradores.

Nota-se que os efeitos das políticas e campanhas de conscientização, desenvolveram de certa forma uma “consciência sustentável” em parte dos servidores, embora a tenham desenvolvido, ainda são poucos os servidores que efetivamente participam das ações promovidas, alguns chegam a não participar de nenhuma enquanto outros participam das mais simples e que não envolvem muito esforço, como por exemplo as de adoção de copo, ou até mesmo as de separação de lixo reciclável nos setores. Embora considerem importante a pauta, a maioria dos colaboradores consideram o tema desnecessário de ser trabalhado, através de entrevistas informais com colaboradores do Subcomitê de Logística Sustentável, foi levantado que quando eles fazem campanhas indo aos setores levando cartilhas e divulgando ações, são poucos os colaboradores que tem interesse em participar, assim como escutam comentários que questionam a relevância do trabalho feito pela equipe, compactuando com a ideia de que o esforço gasto com as políticas ambientais deveria ser redistribuído em atividades fins do órgão. Logo, nota-se que os resultados obtidos compactuam com a percepção visão dos colaboradores que promovem as políticas e ações ambientais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos com o estudo, constatou-se que embora o órgão tenha conseguido conscientizar boa parte dos seus colaboradores sobre a importância de se desenvolver políticas ambientais e ações voltadas para a sustentabilidade, poucos são os colaboradores que demonstraram estar dispostos a participar das ações, portanto eles não se enxergam como atores nas causas ambientais. Isso demonstra que existe uma efetividade relativa quanto as políticas, além de considera-las importantes os colaboradores precisam ser estimulados ao envolvimento com as ações da causa. Considerando que dentre as informações levantadas, um número significativo de colaboradores não enxergam impactos nas

atividades exercidas pelo órgão, sendo assim, uma maneira de transformar essa realidade seria a criação de uma campanha que vise explicar que atividades administrativas também envolvem o uso de materiais, papel por exemplo, e que seu descarte de maneira sustentável acrescenta impactos positivos, assim como, a questão dos combustíveis fósseis queimados pelos colaboradores ao se deslocar ao trabalho, campanhas de caronas coletivas também seriam bem vindas, portanto, conscientizar não é uma tarefa simples, mas levantar dados e mostrar cases reais de redução de impactos no meio ambiente, podem auxiliar na efetivação das políticas. As campanhas podem ser realizadas inicialmente com amostras de servidores para se concluir se ela é expansível ou não, evitando gastos com campanhas que pouco são aderidas, também podem estudar a implantação de uma gratificação, por exemplo abono de faltas, estimulando uma competitividade saudável entre os colaboradores.

Portanto, com a necessidade de envolvimento identificada, cabe ao órgão, através do Subcomitê de Logística Sustentável, promover primeiramente campanhas de fácil adesão, simples no sentido de envolverem pouco esforço para se aderir, e aumentar gradativamente o nível de complexidade, estudar mais profundamente quais são os estímulos que faltam nos colaboradores, bem como fazer um acompanhamento ao menos anual de adesão dos colaboradores, afinal de contas, mesmo que a política seja muito boa, ela pouco será efetiva se os colaboradores não participarem.

9 REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. (1995). **Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI**. *Ciência da Informação*, 24(1), 208–215.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça (2015). **Resolução 201, de 3 de março de 2015. Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ)**. Recuperado em 02 de setembro, 2016, de http://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/58581/2015_res0201_cnj.pdf?sequence=1

COIMBRA, J. A. A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: CETESB, 1985.

FREIRIA R. C. **Direito, Gestão e Políticas Públicas Ambientais**, publicado pela Editora Senac, 2011.

GIL AC. **Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas; 2006.

MAGLIO, I. C. **A descentralização da gestão ambiental no Brasil: o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local, 1900/1999.2000**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M. de, & Santos, L. M. L. dos. (2015). **Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável**. *Revista de Administração Pública*, 49(1), 189–206. <http://doi.org/10.1590/0034-76121833>

PEREIRA FILHO, H. **Responsabilidade social corporativa, gestão ambiental e a norma NBR ISO 14001:2004 no contexto da Administração Judiciária brasileira**. In: XI Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente, Fortaleza, CE, Brasil. Anais. Fortaleza/CE: 3 a 5 de novembro de 2009, p. 12.

RESENDE, L. **Gestão ambiental no Poder Judiciário**. Monografia de Especialização. Programa de Capacitação em Poder Judiciário. FGV Direito Rio. Rio de Janeiro-RJ, 2008, p. 69.

RODRIGUES, Mariana Lima; MALHEIROS, Tadeu Fabrício; FERNANDES, Valdir and DAGOSTIN DAROS, Taiane. **A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais**. *Saude soc.* [online]. 2012, vol.21, suppl.3, pp.96-110.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS – TJAM. **Portaria nº 605/2017**. Manaus – AM. Abril de 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS – TJAM. **Plano de Logística Sustentável.**
Manaus – AM 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos;** 2001.

APENDICE

Prezado colaborador, este questionário visa compreender as Políticas Ambientais no Órgão do Judiciário Estadual e a Efetividade das mesmas. Essa pesquisa é estritamente de cunho acadêmico e os dados servirão de subsídio para o trabalho de conclusão de curso, do acadêmico Matheus Oliveira Afonso do curso de administração da UEA.

Questionário

1. Em qual dessas categorias de colaborador você se enquadra?

Servidor Estagiário Terceirizado Comissionado

2. Há quanto tempo você exerce atividade no Tribunal?

Entre 1 e 6 meses Entre 6 meses e 1 ano Entre 1 e 4 anos Mais que 5 anos

3. Você conhece as políticas ambientais adotadas pelo órgão? Se sim, comente-as.

Sim Não

4. Você conhece o Subcomitê de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça?

Sim Não

5. Você considera importante o órgão ter políticas voltadas para a sustentabilidade?

Sim Não

6. Você tem interesse de participar nas campanhas vigentes e futuras?

Sim Não